

VALORIZAR E COMPREENDER A DEMOCRACIA: DIAGNÓSTICO EXTENSIONISTA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO EM ACARAPE-CE

Gilson Adão Domingos Vieira¹

Edmilson Alberto Matamba²

Antonio Roberto Xavier³

RESUMO

Compreender o que jovens sabem sobre democracia antes de desenvolver ações educativas permite planejar intervenções extensionistas mais responsivas às lacunas reais da comunidade escolar. Este trabalho apresenta os primeiros diagnósticos tirados com 50 estudantes do ensino médio da EEMTI Maria do Carmo Bezerra, em Acarape-CE, voltado a identificar concepções de democracia, conhecimento sobre atribuições políticas, formas de participação cidadã e interesse por educação política. A presente pesquisa possui natureza aplicada, abordagem quali-quantitativa, objetivos descritivos e procedimento de pesquisa de campo. O instrumento utilizado combinou questões fechadas e abertas, analisadas por frequências, percentuais e categorização temática. Os resultados demonstram que 88% dos estudantes consideraram a democracia importante ou muito importante e 92% demonstraram interesse em aprender mais sobre política e cidadania; entretanto, 56% definiram democracia predominantemente como votar ou realizar eleições, apenas 26% conseguiram citar duas ou mais formas de participação para além do voto, e o reconhecimento correto de atribuições variou de 62% para prefeito a 20% para senador. O contraste entre alta valorização normativa da democracia e baixo domínio de mecanismos institucionais constitui o principal achado desta pesquisa. A contribuição extensionista está em usar o diagnóstico não como fim em si mesmo, mas como ferramenta para orientar outras palestras, oficinas e materiais didáticos ajustados às dúvidas dos estudantes.

Palavras-chave: democracia; juventude; educação política; extensão universitária.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, gilsonadaodomingosvieira@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, edmilsonmatamba@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, roberto@unilab.edu.br³

INTRODUÇÃO

A educação política ganha maior sentido nas atividades extensionistas quando parte das perguntas e conhecimentos já existentes na própria comunidade. Porque antes mesmo de definir conteúdos, a universidade pode investigar como os estudantes compreendem a democracia, as instituições e a participação, evitando ações genéricas e direcionando os esforços para lacunas concretas. Benevides (1996) sustenta que educação para a democracia envolve valores republicanos e preparação para a tomada de decisões políticas; portanto, saber apenas que eleições existem não equivale a compreender plenamente a cidadania democrática.

Na adolescência, o contato com temas políticos ocorre por múltiplas fontes: família, escola, redes sociais, meios de comunicação e experiências comunitárias. Esses ambientes podem ampliar o interesse por questões políticas, mas também produzir compreensão fragmentada sobre funções de representantes e possibilidades de participação. Por isso, um diagnóstico extensionista cumpre uma dupla função: produzir conhecimento sobre o público atendido e devolver imediatamente à escola uma base para planejar atividades pedagógicas mais adequadas.

O objetivo deste trabalho é apresentar um diagnóstico preliminar, sobre o que estudantes do ensino médio sabem a respeito de democracia e participação. Este trabalho buscou combinar o processo de valorização da democracia, o conhecimento institucional, repertório de participação e o interesse por aprendizagem cívica, permitindo identificar não apenas déficits, mas também oportunidades para intervenções extensionistas.

METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza aplicada, de abordagem quali-quantitativa, caráter descritivo e procedimento de pesquisa de campo. A pesquisa surge da reflexão dos extensionistas e de questionários anônimos realizados em uma turma de 50 estudantes do ensino médio da EEMTI Maria do Carmo Bezerra, em Acarape-CE, selecionados entre os presentes no momento do diagnóstico. O instrumento contém dez questões fechadas e duas abertas, distribuídas em quatro dimensões: conceito de democracia; atribuições de agentes políticos; formas de participação cidadã; e interesse em educação política.

As questões fechadas são tratadas por estatística descritiva, com frequências absolutas e percentuais. As respostas abertas à pergunta 'O que é democracia para você?' Foram organizadas em quatro categorias mutuamente exclusivas: voto/eleições; direitos e participação; governo/políticos; e resposta ausente ou sem definição clara. Para atribuições institucionais, considerou-se a resposta adequada quando o estudante identificava a função essencial do cargo sem confundir níveis de governo. Para participação, registrou-se se o estudante conseguiu citar ao menos duas possibilidades além do voto, como conselhos, audiências públicas, associações, manifestações, iniciativas comunitárias ou contato com representantes.

Temos que ressaltar que este estudo não representa uma conclusão sobre um grupo ou população, mas sim um diagnóstico, pois a amostra não foi probabilística por ser vinculada a uma única escola. Durante a nossa atuação, nós tomamos todas as providências para assegurar o anonimato, a devida autorização da instituição, procuramos transmitir a informação de forma clara aos participantes, assentimento/consentimento quando aplicável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados principais evidenciaram que entre 50 estudantes, 44 (88%) classificaram a democracia como importante ou muito importante e 46 (92%) declararam interesse em aprender mais sobre política, cidadania e instituições. Esses dois indicadores sugeriram uma elevada abertura para ações educativas.

Ao mesmo tempo, apresentava uma lacuna conceitual expressiva. Vinte e oito estudantes (56%) definiram democracia quase exclusivamente como voto ou eleição; 12 (24%) mencionaram direitos e participação; seis (12%) associaram o conceito apenas a governo ou políticos; e quatro (8%) não apresentaram definição clara. Quanto às atribuições, 31 (62%) reconheceram adequadamente a função do prefeito, 23 (46%) a do vereador, 16 (32%) a de deputados e dez (20%) a de senador. Apenas 13 estudantes (26%) conseguiram citar duas ou mais formas de participação cidadã além do voto.

O achado central foi também meio paradoxal pedagógico: os estudantes valorizaram fortemente a democracia e desejam aprender mais, mas apresentaram um conhecimento muito limitado sobre como a democracia funciona no cotidiano e sobre como cidadãos podem participar entre uma eleição e outra. Esse contraste fornece um critério objetivo para planejar a extensão. Em vez de iniciar por conteúdos excessivamente abstratos, as primeiras atividades priorizaram as funções dos diferentes níveis de governo, os mecanismos locais de participação e várias situações práticas de fiscalização, reivindicação e deliberação.

A leitura conjunta de todos os indicadores mostra que no caso destes jovens, o desconhecimento não surgiu do desinteresse. Pelo contrário, o alto percentual de interesse sugere um grande interesse, e, pela nossa vivência, também representa uma grande oportunidade de atuação de outros grupos extensionistas. O diagnóstico, portanto, transforma uma percepção genérica de que 'os jovens não entendem política' em um mapa de necessidades específicas que pode orientar uma sequência de palestras, oficinas, jogos e materiais didáticos, além de permitir comparação futura com uma avaliação pós-intervenção.

CONCLUSÕES

Portanto, após as nossas ações extensionistas e atuação nas escolas e reflexão crítica sobre a situação dos jovens estudantes sobre educação política, conseguimos criar um diagnóstico que evidenciou que a atuação de projetos de extensão em escolas com a finalidade de aumentar a educação política pela escuta sistemática do público escolar é não só necessária, como também solicitada e desejável pelos estudantes. A combinação entre questões conceituais, institucionais e participativas permitiu-nos identificar onde estão as principais lacunas e quais temas despertaram maior abertura. No cenário vivido, a coexistência de alta valorização da democracia e baixo conhecimento institucional é um resultado especialmente relevante para a extensão, pois indica um potencial de aprendizagem em vez de apatia.

Os resultados reforçam, portanto, a relevância da extensão universitária como ponte entre universidade e escola, especialmente na formação política dos jovens. O elevado interesse dos estudantes, associado às lacunas identificadas, demonstra que ações contínuas de educação política podem ampliar o conhecimento institucional, a participação cidadã e o exercício consciente da democracia.

E, este relato contribui também de forma positiva para a Diversidade, Inclusão e Transformação Social na democratização do acesso ao conhecimento político. Pois, compreender as instituições e as formas de participação amplia as condições para que os jovens de diferentes origens possam interpretar as decisões

públicas, formular demandas e participar da vida coletiva.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Proex e a Unilab pelo apoio institucional

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- DANTAS, Humberto. Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012